



## POLÍTICAS PÚBLICAS E CAMPESINATO: (RE)EXISTÊNCIAS AO AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS

Karinne de Pina Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir e compreender as políticas públicas que foram implementadas a partir dos anos 2000, passando de um viés setorial e produtivista, para um viés territorial, inaugurando assim um “novo tempo” desde a criação do PRONAF em 1996. Contudo, para compreender o conceito de políticas públicas, especialmente as políticas para o campo, pensadas para uma parcela da sociedade que historicamente foi excluída dos interesses estatais, é necessário fazer uma releitura da modernização da agricultura brasileira, intensificada pelo processo conhecido por Revolução Verde. No entanto, essas políticas públicas criadas recentemente, estão passando por um retrocesso, sendo destruídas e/ou sofrendo cortes orçamentários, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Diante disso, é necessário trazer ao debate o desmonte e retrocesso a partir do “golpe institucional” em 2016, que agora se configura no governo de Bolsonaro, paralelamente, a maior pandemia/genocídio da história recente. A partir dessas indagações quer-se compreender as formas de *(Re)Existência* construídas pelos camponeses, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE), Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB), refletindo sobretudo as formas de *(Re)Existência* que os sujeitos do campo estão construindo perante todo processo de desmobilização e redução de políticas públicas territoriais.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Agrohidronegócio, (Re)Existências.

### RESUMEN

Este artículo pretende reflexionar y comprender las políticas públicas que se han implementado desde la década del 2000, pasando de un sesgo sectorial y productivista a un sesgo territorial, inaugurando así un "nuevo tiempo" desde la creación del PRONAF en 1996. Sin embargo, para entender el concepto de políticas públicas, especialmente las políticas para el campo, diseñadas para una porción de la sociedad que ha sido históricamente excluida de los intereses del Estado, es necesario releer la modernización de la agricultura brasileña, intensificada por el proceso conocido como la Revolución Verde. Sin embargo, estas políticas públicas de reciente creación están sufriendo un retroceso, siendo destruidas y/o sufriendo recortes presupuestarios, como es el caso del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA). Ante esto, es necesario traer al debate el desmantelamiento y retroceso desde el "golpe institucional" de 2016, que ahora aparece en el gobierno de Bolsonaro, en paralelo, la mayor pandemia/genocidio de la historia reciente. A partir de estas preguntas queremos entender las formas de *(Re)Existencia* construidas por los campesinos, desde el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), el Programa Nacional de Protección y Uso del Biodiesel (PNPB), reflejando especialmente las formas de *(Re)Existencia* que los campesinos están construyendo frente a todo el proceso de desmovilización y reducción de las políticas públicas territoriales.

**Palabras clave:** Políticas públicas, Agrohidronegócio, (Re)Existências.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Curso de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás - UFG, karinnepina28@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Para compreender o conceito de políticas públicas, principalmente, as políticas para o campo, voltadas para uma parcela da sociedade que, historicamente, estivera excluída dos interesses estatais, é necessário fazer uma releitura da modernização da agricultura brasileira, intensificada pelo processo conhecido por Revolução Verde.

Todavia, as recém-criadas políticas públicas para o campo sofreram retrocesso e estão sendo destruídas e/ou sofrendo cortes orçamentários, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Criado na década de 2000, essa política pública, com viés territorial, inaugura “um novo tempo”, desde a criação do PRONAF em 1996.

Para isso, é necessário trazer ao debate o desmonte e retrocesso a partir do “golpe institucional” em 2016 e, agora, se configura no governo de Bolsonaro, paralelamente, a maior pandemia/genocídio da história recente. A partir dessas indagações quer-se compreender as formas de *(Re)Existência* construídas pelos camponeses, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE), Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB).

A partir do momento que não se tem uma reforma agrária e as políticas públicas para o campo vão sendo destruídas, percebe-se que a única alternativa se coloca na luta pelo acesso à terra, ou seja, às frações do território para assegurar as condições de Existência. Daí decorre que ao longo do artigo vamos mostrar as ações políticas construídas com o acampamento Dom Tomas Balduino em Goiás.

Historicamente, as políticas governamentais para o campo brasileiro estiveram limitadas a um viés setorial e produtivista que beneficiam os grandes produtores/empresários rurais e incentivam as exportações de *commodities*. Para a agricultura de base familiar camponesa, as políticas públicas são muito recentes, e ainda se encontram em processo de destruição e aniquilamento. Diante disso é possível perceber a exclusão social e econômica do campesinato, em que grande parcela dos sujeitos do campo, ficaram/ficam desamparados, mediante os investimentos no campo do ponto de vista estatal.

Para falar de políticas públicas voltadas para o campo, é necessário compreender a questão agrária brasileira, mesmo que, resumidamente, pois, sem isso, dificilmente pode-se compreender o porquê das políticas públicas serem limitadas, lembrando que, o campo brasileiro é composto por uma vasta diversidade de sujeitos e, no caso em questão, destacam-se camponeses, comunidades indígenas, comunidades quilombolas.



De acordo com Hespanhol (1997, p. 39), “[...] no período pré 1950 não havia, propriamente, uma política agrícola global, mas sim políticas específicas que atendiam aos interesses dos segmentos mais importantes da economia agrária, tais como o açucareiro, o cafeeiro e o cacaueteiro”. Afirmando o caráter setorial produtivista das políticas governamentais, podemos ressaltar a implementação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) nos anos 1970, entre diversos programas que o governo federal criou para a modernização da agricultura na região Centro-Oeste do país.

Assim, podemos destacar também que essa modernização da agricultura foi forjada pelo Estado em conjunto com as empresas nacionais e internacionais, para transformar o Cerrado em celeiro agrícola, lembrando que eram julgadas como “terras improdutivas” para poderem implementar os pacotes tecnológicos, foram subsidiados por incentivos fiscais e fartos créditos para essa implementação.

Conforme destacado por Wanderley (2004) “O modelo produtivista, que realizou a modernização agrícola, é hoje profundamente questionado pelos seus efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental, e que afetam o conjunto da sociedade.” (WANDERLEY, 2004, p. 53)

No Brasil é muito recente a elaboração de políticas públicas direcionadas aos camponeses, criada apenas na década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim como afirma Teixeira (2002, p. 3): “As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.”

Dessa forma, busca-se uma contextualização das políticas públicas, analisando o processo de sua constituição, para assim, argumentar a partir da intencionalidade do Estado que institucionaliza o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE), Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB) entre outros.

Para poder analisar as ações feitas pelos camponeses para *(Re)Existirem* aos ataques sofridos, diariamente, pelos avanços da fronteira agrícola, enraizada pelo agrohidronegócio, conceito concebido por Mendonça e Mesquita (2007), que relaciona-se ao conjunto de ações que envolve o modelo produtivo do agronegócio, junto com a territorialização do capital, que se apropria da terra, da água e do trabalho precarizado, causando a expulsão das populações camponesas, tradicionais e originárias. É necessário compreender o que é política pública.



No entanto, política pública é um conceito complexo e polissêmico. Assim, parte-se da elaboração de Sechi (2010) que define a essência conceitual de política pública como um “problema público”, ou seja, para se constituir como política pública ela precisa corresponder às demandas de um problema tido como público.

A partir dessa consideração quer-se compreender os efeitos territoriais e a real intencionalidade das recentes políticas públicas para a produção de alimentos com vistas à soberania alimentar e as ações feitas pelos camponeses para *(Re)Existirem* aos ataques sofridos, diariamente, pelos avanços da fronteira agrícola, enraizada pelo agrohidronegócio, mais recentemente, pela destruição orquestrada das políticas públicas pelo Estado após o Golpe Institucional de 2016 e intensificado com a eleição de 2018.

## **METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa constitui-se em uma revisão bibliográfica a fim de ampliar a discussão sobre o tema proposto, bem como, levantamento de dados junto às instituições e órgãos tais como: Secretaria do Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); dentre outros. Os dados secundários foram levantados a partir de trabalho de campo, realizados, durante a graduação em diferentes localidades no território goiano, mas que, permeiam o assunto abordado e quando o acampamento Dom Tomas Balduino, ainda se situava em Corumbá de Goiás.

Sendo assim, selecionamos esses procedimentos metodológicos, que nos forneceram boa compreensão da temática de estudo. O primeiro, a coleta de dados secundários que propiciou um melhor entendimento as questões abordadas, como as políticas públicas, a partir de artigos, relatórios, dados sobre os temas aqui apresentado. A observação feita no trabalho de campo, no acampamento Dom Tomas Balduino em 2014, contribuiu para o conhecimento das ações de *(Re)Existência* que os sujeitos se organizam na luta pelo acesso e permanência na terra.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Após a II Grande Guerra e no Brasil, precisamente, após a década de 1960, as políticas impulsionadas pela Revolução Verde, baseadas no discurso *de que iria aumentar a produção mundial de alimentos e assim acabar com a fome no mundo*, territorializa-se um pacote



tecnológico que atinge, fortemente, a agricultura brasileira, com desdobramentos espaciais diversos.

A Revolução Verde ficou conhecida como a modernização da agricultura. Junto ao pacote tecnológico se cria o crédito rural, facilitando o acesso aos maquinários e implementos agrícolas, insumos, adubos, entre outros para, supostamente, a produção de alimentos, mas que, se constituíram na produção de *commodities*, centrada na concentração fundiária, na mecanização e quimificação, em efeitos ambientais irreversíveis, tendo a produção, em sua maioria, destinada aos mercados estrangeiros.

Afirma-se o viés setorial que beneficiaria parcela dos sujeitos do campo, destacadamente, os empresários rurais, numa fusão de interesses entre os conglomerados agroindustriais externos, os interesses de crescimento econômico do Estado Brasileiro na ditadura militar e a permanência das estruturas de poder agrárias, centradas nas *mãos* dos latifundiários.

Assim, Fernandes (1999, p. 31) diz que:

Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrojava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. (FERNANDES, 1999, p.31)

Sendo assim com o fortalecimento cada vez maior das políticas estatais, voltadas para apenas um viés setorial, ou seja, dos latifundiários, os grandes produtores, detentores de vastas extensões de terras, em detrimento dos outros sujeitos do campo, como a agricultura camponesa, excluída dessa modernização, pois como destaca Fernandes (1999) é uma modernização articulada entre os militares e a burguesia. Sendo assim, eles pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência, gerando os conflitos com a implantação do modelo empresarial de desenvolvimento para o campo, em detrimento da agricultura camponesa.

Segundo Fernandes (1999, p. 31):

O Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados a migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandido os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo.



Essas políticas realizadas tiveram caráter desigual, privilegiando o modelo empresarial rural para atender a exportação de *commodities*. Mendonça (2004) evidencia que esse processo fez com que uma parte dos camponeses, destacado por ele como, parcela dos *trabalhadores da terra*, acreditassem no discurso implementado pelo Estado, mediante as escolas, atividades de extensão rural (ATER), propaganda da “salvação da lavoura” para implantação do pacote tecnológico moderno.

Era o moderno, o progresso, o “desenvolvimento econômico e social” que chegava às áreas do Cerrado, tido como improdutivo, conforme as lentes do Estado e dos empresários rurais que aportavam essas terras e fortaleciam os estereótipos sobre os sujeitos cerradeiros. As narrativas diziam/dizem que o modo tradicional de lidar com a terra era atrasado, sendo assim, era necessário que os saberes, os fazeres, os cuidados com a terra fossem substituídos e, logo, as práticas de vida dos *povos cerradeiros*<sup>2</sup> “foram vulgarizadas como incompetência, brejeirice e credence, entre outras adjetivações pejorativas” (MENDONÇA, 2004, p.49).

Contudo essas políticas só privilegiaram e intensificaram o domínio dos grandes produtores, confirmando mais e mais o viés setorial e produtivista, de acordo com Mendonça e Mesquita (2007,p.8):

essas políticas promoveram medidas de liberalização comercial e de incentivos a entrada do capital transnacional, o que gerou uma crise sistemática na agricultura, eliminando parte considerável dos trabalhadores/camponeses e proprietários tradicionais (pecuaristas) que ainda insistiam em produzir. Nesse momento, as empresas transnacionais passaram a exercer maior controle na produção e distribuição de sementes, de agrotóxicos e implementos agrícolas, promovendo uma concorrência desleal, e até mesmo as empresas medianas com capitais regionais e nacionais não conseguiam mais sobreviver. (Mendonça, Mesquita, 2007,p.8)

Compreende-se que o apoio do Estado é essencial para esse processo, pois é por meio das ações feitas pelas políticas públicas que o agronegócio se territorializa, ou seja, por meio de uma escolha política e econômica do Estado, conforme define Delgado (2012):

agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2012, p.94).

---

<sup>2</sup> Refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos *trabalhadores da terra*, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital (MENDONÇA, 2004, p.30).



Esse cenário começa a ser modificado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, a partir desse período que as políticas públicas voltadas ao rural tiveram uma abertura focada na agricultura camponesa, que foi denominada oficialmente como Agricultura Familiar.

A conjuntura política sofre alterações após as eleições de 2002 com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) houve mudanças substanciais na inserção da agricultura camponesa aos mercados institucionais. O PAA é um Programa instituído a partir do Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e estava inserido no Programa Fome Zero, no qual o governo federal comprava, diretamente, os alimentos dos camponeses, promovendo a sua participação num mercado formalizado pela ação governamental, consubstanciada em política pública.

O PAA foi criado para fortalecer a agricultura camponesa, tendo em vista a garantia do direito básico a alimentação para pessoas que se enquadram em situação de insegurança alimentar e nutricional, e também incluir o produtor camponês no mercado consumidor, sendo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) responsável pela sua operacionalização. Salientando que a agricultura camponesa é importantíssima para garantir uma alimentação saudável, ou seja, para possibilitar a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Os programas criados a partir dos anos 2000, como PAA, PNAE dentre outros, foram criados tendo em vista fortalecer a produção camponesa, propondo a segurança alimentar e nutricional, propiciando também à geração de renda e auxiliando na permanência do homem ao campo. Ressaltando que a falta de canais institucionais para comercialização, sempre apresentou umas das principais carências dos produtores de pequena escala, ou seja, a barreira comercial.

A carência no âmbito de comercialização, foi de certo modo suprida com as políticas de caráter emancipatório e agora volta a ser um problema com os cortes orçamentários desses programas. Por mais que existisse limites orçamentários e que essas políticas não atingiram grande parte dos camponeses é possível afirmar que houve mudanças significativas na questão da inserção ao mercado consumidor.

É importante ressaltar a participação ativa dos movimentos sociais, reivindicando melhorias no âmbito das políticas públicas. Portanto, “[...] a experiência brasileira recente parece permitir avançar a hipótese de que as políticas públicas para a agricultura familiar funcionam mais eficiente e eficazmente ali onde os movimentos sociais são mais atuantes e os agricultores mais organizados.”. (DELGADO, 1999, p. 177).



Sendo assim a organização dos camponeses é essencial para construção de políticas públicas voltadas para potencializar a economia local, ou seja, possuem uma capacidade de alterar a situação econômica por meio da organização social e principalmente por morarem onde produzem. A conjuntura econômica dessa classe que esteve excluída das políticas públicas parte do movimento de organização social reivindicando melhorias, que vão articular diretamente na economia.

Compreende-se que os programas como PAA, PNAE, entre outros, foram criados visando inserir a produção camponesa no mercado consumidor, potencializando economicamente as atividades produtivas, partindo do pressuposto de que para ocorrer de fato um desenvolvimento efetivo é necessário alterar a produção camponesa, modificando a atividade produtiva que era mais voltada ao autoconsumo para a comercialização nos mercados institucionais.

O PAA de acordo com Ribeiro; Dias (2013):

O Programa, para as famílias camponesas, tem um papel mais amplo do que apenas inseri-las ou não num mercado mais equitativo; ele passa a fazer parte da reprodução e do cotidiano delas. A partir do momento em que começam a produzir os alimentos para este fim, parte do tempo, do trabalho, dos aprendizados, dos recursos e da terra é consumida pelo Programa. Logo, não é apenas o aumento da renda que está em questão, pois, para se alcançar esse objetivo, corre-se o risco de mudar o modo de vida. (RIBEIRO; DIAS, p.86)

Dessa forma, pensa-se a agroecologia como uma estratégia política, econômica, cultural e de uma relação diferenciada com a Natureza, permitindo a constituição de *(Re)Existências* (trabalho de ajuda mútua, práticas socioculturais, cultivo de sementes crioulas, criação dos bancos de sementes, empoderamento das mulheres etc.) ao agrohidronegócio.

Altieri (2010, p. 30) nos ensina que: “[...] somente mudando o modelo industrial agrícola dirigido à exportação e baseado no livre comércio das grandes explorações agrícolas será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental”. Desta feita, observa-se que essas mudanças ocorrem quando se constituem ações políticas, centradas em práticas socioculturais com o objetivo de assegurar os territórios de vida. É dessa forma que esses sujeitos *(Re)Existem*.

Um exemplo é o Acampamento Dom Tomas Balduino, que teve início no dia 31 de agosto de 2014 nas terras do ex senador Eunício de Oliveira, em Corumbá de Goiás/GO. Uma intensa luta pela terra que perdura até hoje, mas em outro local, agora em Formosa/GO. São 07 anos de *(Re)Existência*, pois na luta pelo território, pela terra, pela água, pela reforma agrária etc., estão contidos diversos elementos socioculturais que indicam outras possibilidades produtivas e de (com)vivência com a Natureza, produzindo comida e vida saudáveis.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível verificar ao analisar o contexto histórico que perpassa as políticas públicas no Brasil, que de fato, o PAA por exemplo, traz à tona uma nova perspectiva referente às políticas de desenvolvimento rural, que deixa de ser centralizada, ou seja, apenas num viés setorial e produtivista e, passa à um viés territorial, integrando, assim a produção camponesa às múltiplas dimensões da vida.

Contudo, o desmonte implementado pelo governo atual, com a brusca redução orçamentária e extinção de órgãos importantes como o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) entre outros, significa um dos maiores retrocessos na política pública de produção de alimentos no Brasil. Destacando que o Brasil saiu do quadro da fome em 2014, mas, infelizmente, retornou-se a ele, com mais de 20 milhões de pessoas em situação de fome crônica no país em 2021.

Precisamos de políticas territoriais que se adequem aos sujeitos, ao modo de produzir, por isso a importância das ações de *(Re)Existência* dos sujeitos do campo pois essas políticas, são condição para melhorarem a produção, comercialização, enfim, condição para produzir alimentos saudáveis para o campo e para as cidades.

O acampamento Dom Tomas Balduino é um excelente exemplo de *(Re)Existência*, quando não existe reforma agrária as terras se concentram nas mãos dos grandes empresários, latifundiários, acumulando cada vez mais nas mãos de poucos, que é a concentração fundiária. Então se compreende que as ações feitas no acampamento desde o início, quando se localizavam ainda nas terras do Senador Eunício de Oliveira é um marco ao enfrentamento dessa desigualdade que é histórica e que as conquistas são a partir da luta pela terra.

As famílias que se encontram no acampamento Dom Tomas Balduino que possui esse nome em homenagem ao bispo de Goiás que tanto fez e lutou em prol da conquista da terra, estão reivindicando um pedacinho de terra para viver e produzir seus alimentos, pois a luta pela terra é um direito de todos e assim como dizia o saudoso Dom Tomas Balduino e eles reproduzem essa frase como lema, “*nossos direitos não pedimos de joelhos, exigimos de pé*”.

Ao observamos o acampamento e nas falas dos que ali estavam, percebemos a pressão vivida diariamente, resistindo vários tipos de conflitos, desde as ações do Estado a escolta armada que o ex senador Eunício de Oliveira contratou para amedrontar as famílias que ali estavam acampadas. Eles tiveram intervenção feita por carta feita pelos professores das Universidades de Goiás, Catalão e Universidade de Brasília (UNB) e também fizeram um ato



em Corumbá de Goiás, com a entrega de pés de alface para a população, que foram produzidos por eles, sem a utilização de venenos e assim mobilizaram também a população.

É possível perceber a partir do que foi observado quando o acampamento ainda se encontrava no processo inicial, que diferente dos grandes empresários, dos grandes latifundiários, essas pessoas estão à procura de um bem-estar, de resgatar a harmonia com a terra, de produzir alimentos de verdade, de repassar para a população, que são os consumidores, um alimento sem agrotóxico.

Essas ações políticas que fazem parte do acampamento desde a criação, tem nos apresentado importantes contribuições para a luta pela terra, não somente pela terra, mas por saúde, ao produzirem comida saudável, educação e contribuir para uma vida digna no campo. Compreendendo também que ao se ter um retrocesso das poucas políticas públicas voltadas ao campo e principalmente para os que sempre estiveram excluídos, como exemplo os camponeses, a única saída e alternativa que se encontra é a luta pela terra.

O agronegócio está enraizado no imaginário da população. Na TV o agro é pop, é tech, é tudo. Desde 2016, intensificou-se uma programação/propaganda em todos os níveis, com o objetivo de convencer a população brasileira. Nos convencem desde o início dessa modernização conservadora que estão produzindo a nossa comida, enquanto estão produzindo *commodities*. Por isso, como consumidores, deve-se *abraçar as causas* dos que produzem comida de verdade, que é a frase lema da agroecologia, na qual, muitos camponeses pautam seu modo de viver e de produzir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas que foram institucionalizadas a partir do PRONAF, em 1996, e principalmente as instituídas após os anos 2000, se configuram como um marco importante das ações de *(Re)Existência* dos sujeitos do campo, ou seja, dos povos que historicamente vem sofrendo com o avanço do agrohídronegócio.

Acreditamos que as políticas públicas como o PAA são instrumentos de *(Re)Existência*, pois ocorre a inserção da produção camponesa na comercialização, contribuindo na permanência no campo. É por meio destas políticas, que se constituíram melhorias para produzir e comercializar, resultando na oferta de alimentos saudáveis para o campo e para as cidades.

As ações construídas pelo acampamento Dom Tomas Balduino, a qual tivemos contato inicialmente, ações feitas a partir da luta pela terra e pela produção agroecológica, são formas



de *(Re)Existencia* ao desmonte que vem sendo orquestrado nas políticas públicas no Brasil. É a partir da organização dos sujeitos excluídos, que se pode combater as ações vinda de cima para baixo, conforme Thompson (1998).

É possível afirmar que os programas instituídos a partir da criação do PRONAF, por mais recente e breve, apresentam ou apresentavam uma nova perspectiva referente às políticas de desenvolvimento rural, pois sucedeu as políticas voltadas apenas a um viés setorial e produtivista, passando a agregar também a produção camponesa, mesmo tendo alguns impasses, como o de não alcançar uma totalidade de camponeses, mas foi crucial sim para contribuir na inserção produtiva ao mercado e conseqüentemente na permanência no campo.

Porém, mas do que possibilitar a inserção produtiva ao mercado é necessário contribuir para a valorização do modo de viver, de produzir, que os camponeses possuem, por isso além da comercialização, precisam de políticas que se adequem aos seus saberes e fazeres. Contudo, ao enfrentar agora um grande retrocesso nessas conquistas a partir das recentes políticas públicas, é possível verificar o quanto é importante que esses programas se concretizem como políticas de Estado e não apenas governamental, pois são ferramentas importantes no processo de resistir e *(Re)Existir* à essa estrutura fundiária que segue intocada, concentrada e desigual.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. *Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar*. Revista NERA, ano 13, n. 16, p. 22-32, jan-jun./2010.

BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003*. Disponível em: Acesso em: 12 de março de 2015.

DELGADO, N. G. *As relações entre a macroeconomia e a política agrícola*. Provocações para um debate interrompido. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 14, outubro 1999:173-180. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa> Acesso em: 05 de março de 2016.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144p.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - mst (1979 –1999)*. Tese. [Doutorado em Geografia]. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

HESPANHOL, A. N. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. *Revista Faz Ciência*. v.1, n.1, p.38-49: Faculdade de Francisco Beltrão, 1997. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7624/5614>. Acesso em: 19 maio 2013.



MENDONÇA, M. R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. *O Agro-Hidro-Negócio no Cerrado Goiano: a construção das (re)existências*. In: I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salvador (BA). Anais... Salvador-BA, p. 1-15, 2007.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, M. S. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 27, p.81-91, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/743/465%3E>> Acesso em: 03 set. 2015.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análises, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TEIXEIRA, E. C. Políticas públicas: O papel das políticas públicas. *Revista AATRBA*, 2002. Disponível em: <[www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf](http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf)> Acesso em: 18 de abril de 2016.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528p.

WANDERLEY, M. de N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: Outubro, 2003. p. 42- 61. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>> Acesso em: 10 maio de 2016.